

ms

Relatório e Contas 2022

EURISEGUROS - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS
LDA.

RUA DA BOAVISTA N.º 600

4435-123 RIO TINTO

NIPC 505 328 607 - CS 5.000€

MS 2



INDICE

INDICE.....	2
Relatório de Gestão	3
1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA	3
2. RECURSOS HUMANOS	3
3. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA	3
4. DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO	4
5. FACTOS DE RELEVO SUBSEQUENTES AO ENCERRAMENTO DAS CONTAS	4
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	4
7. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS	5
8. AGRADECIMENTOS.....	5
Contas do exercício de 2022	6

ms

3



Relatório e Contas 2022

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração vem submeter à aprovação dos senhores acionistas o Relatório de Gestão e as Contas da empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Em 2022 a empresa manteve-se centrada na atividade que constitui o seu objeto social, designadamente a que se enquadra em atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões. Com efeito, a Euriseguros continuou a construir o seu caminho, ajudando negócios e pessoas, explorando todo o seu potencial e abrindo o caminho para mercados até então inexplorados.

O enquadramento económico da nossa atividade tem sofrido alterações, mercê, fundamentalmente, do desenvolvimento recente dos modos de vida, e da forma como as organizações encaram o exercício da sua atividade económica.

Ainda num período de pandemia de Covid-19 a nível mundial, a Euriseguros prosseguiu os seus esforços na consolidação de marcas, trabalhando em parceria com os principais clientes de forma a garantir-lhe a satisfação integral das suas expectativas.

Em 2022 o volume de negócios da empresa cifrou-se 309.592,41€ o que representa um aumento de cerca de 31,67% relativamente ao período anterior.

2. RECURSOS HUMANOS

Em 2022, o número de pessoas ao serviço da empresa foi de 5.

3. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

As perspetivas para o Ano de 2023 são de fortes reservas no que respeita à evolução do mercado segurador.

A nível mundial o efeito Covid-19 apresenta fortes constrangimentos com os vários Países a retomarem a atividade económica a várias velocidades, fruto das dependências de matérias-primas ou mesmo transformadas.

No caso de Portugal, esta vertente tem forte impacto nas empresas, nomeadamente com redução de efetivos de mão de obra, regressão dos índices de produção e consequente diminuição da faturação, o que influi a atividade seguradora por diminuição do risco e diminuição dos prémios.

A guerra da Ucrânia é outra vertente de forte instabilidade, a produzir um aumento do custo de vida com forte interferência no corte do consumo em Portugal, e nas despesas não essenciais, nomeadamente nos seguros de carácter não obrigatório, fator ainda longe de se poder fazer uma previsão de resultados e potenciais quebras.

ms

4

Acresce no que concerne à Euriseguros, o facto de ter ocorrido o desaparecimento de um dos sócios-gerentes, estando criada a possibilidade de perda de clientes habituados a relacionarem-se com ele. Independentemente de toda uma vertente negativa, a carteira da Euriseguros tem uma forte componente assente no retalho, o que nos permite controlar as perdas pela dimensão e quantidade.

Estrategicamente vamos apostar no setor público, incrementando o negócio com Juntas de Freguesia e Câmaras, fazendo por um lado, a aposta em negócios de maior dimensão e, por outro, anulando a possibilidade de essa aposta estar sujeita ao risco de falências ou insolvências.

Esta aposta estratégica vai obrigar-nos a um aumento de capital social, imposto em alguns cadernos de encargos a concorrer.

A previsão para o Ano de 2023 é de crescimento, que não deverá ultrapassar os 2%

4. DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO

A empresa não tem qualquer dívida em mora à Segurança Social, nem ao Estado ou qualquer outra entidade pública.

5. FACTOS DE RELEVO SUBSEQUENTES AO ENCERRAMENTO DAS CONTAS

Desde 31 de dezembro de 2022 até esta data não se verificou a ocorrência de qualquer facto de relevo que mereça ser sublinhado, com impactos sobre as contas do exercício.

Apesar disso, é um facto que a guerra na Ucrânia terá efeitos económicos significativos nas empresas devido a restrições globais na produção, no comércio e no consumo, cuja duração e impacto não podem ser previstos nesta fase.

Neste contexto de crise, é nossa convicção que existem riscos relativos à nossa atividade. Porém, dado o setor de atividade em que nos inserimos, entendemos que não se geram incertezas materiais sobre a continuidade das nossas operações. Por outro lado, ainda que a crise atual, ou os seus efeitos, se prolonguem por mais de doze meses, a situação financeira da empresa e os apoios do Estado já anunciados permitir-lhe-ão manter-se em atividade.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A conta de Resultados Líquidos apresentava em 31 de dezembro de 2022 um saldo de 59728,96€. Propomos a seguinte aplicação:

- resultados transitados: 59.728.96€;

7. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

Não existiram autorizações concedidas para contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores que devam ser divulgadas nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

8. AGRADECIMENTOS

A administração agradece a todas as entidades com quem se relacionou toda a confiança demonstrada, nomeadamente aos Bancos, Fornecedores e outras instituições públicas e privadas.

Finalmente, o nosso sentido agradecimento é devido a todos os nossos clientes e colaboradores.

Rio Tinto, 31 de Março 2023

A GERÊNCIA

María de Lurdes Simões e Silva

ms



Relatório e Contas 2022

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022

ML

7

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Relatório e Contas 2022

Rubricas	NOTAS	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (2)	Variação % (1)-(2)
ATIVO:				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	4	100.473,43	43.156,62	132,81%
Investimentos financeiros	6	1.741,21	1.739,58	0,09%
		102.214,64	44.896,20	127,67%
Ativo corrente:				
Clientes	9	28.747,19	23.137,21	24,25%
Estado e outros entes públicos	10	4.705,73	14.912,76	-68,44%
Outros ativos correntes	9	4.878,06	690,07	606,89%
Diferimentos	11	2.524,64	1.673,25	50,88%
Caixa e depósitos bancários	12	193.775,62	119.465,93	62,20%
		234.631,24	159.879,22	46,76%
Total do Ativo		336.845,88	204.775,42	64,50%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Social	13	5.000,00	5.000,00	-
Reservas Legais	13	6.903,25	6.903,25	-
Outras Reservas	13	20.716,94	20.716,94	-
Resultados Transitados	13	138.445,42	115.568,68	19,79%
Outras variações capital próprio		65.000,00		
Resultado líquido do período		59.726,96	22.880,08	161,04%
Total dos Capitais Próprios		295.792,57	171.068,95	72,91%
PASSIVO:				
Passivo não corrente:				
Financiamentos obtidos	14	4.786,46	8.558,92	-44,08%
Outras Contas a Pagar	14	11.501,67	12.008,44	-4,22%
		16.288,13	20.567,36	-20,81%
Passivo corrente:				
Fornecedores	9	2.424,13	1.861,74	30,21%
Estado e outros entes públicos	10	22.339,05	10.883,86	105,25%
Outros passivos correntes	9	-	393,51	-100,00%
		24.763,18	13.139,11	88,47%
Total do Passivo		41.051,31	33.706,47	21,79%
Total dos Capitais Próprios e do Passivo		336.843,88	204.775,42	64,49%

103 Acib
CC 4/1041

MS



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	NOTAS	31/12/2022 (1)	31/12/2021 (1)	Variação % (1)-(2)
Rendimentos e Gastos				
Vendas e serviços prestados		309.592,41	235.127,70	31,67%
Subsídios à Exploração		5.897,61	-	-
Fornecimentos e serviços externos		(75.611,80)	(70.724,16)	6,91%
Gastos com o pessoal		(118.859,32)	(117.500,63)	1,16%
Outros rendimentos		2.483,44	2.747,57	-9,61%
Outros gastos		(8.254,21)	(5.826,23)	41,67%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		115.248,13	43.824,25	162,98%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(34.598,19)	(11.419,26)	202,98%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		80.649,94	32.404,99	148,88%
Juros e rendimentos similares obtidos		85,27	-	-
Juros e gastos similares suportados		(998,70)	(804,36)	24,16%
Resultado antes de impostos		79.736,51	31.600,63	152,33%
Imposto sobre o rendimento do período		(20.007,55)	(8.720,55)	129,43%
Resultado líquido do período		59.728,96	22.880,08	161,05%

102 del 12
cc 41089

ml

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

Relatório e Contas 2022

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A EURISEGUROS - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS LDA., é uma sociedade anónima com n.º de contribuinte 505 328 607, tem sede social na Rua da Boavista, n.º 600 4435-123 Rio Tinto, foi constituída em 25/07/2001, tendo como atividade principal atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas, em particular pelo decreto-lei 98/2015, que o república. Aplica-se o nível de normalização contabilística correspondente à norma contabilística e de relato financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE), aprovada pelo Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da empresa.

Supletivamente, e tendo em vista a superação de lacunas, utilizam-se as NCRF e as Normas Interpretativas, as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com a NCRF-PE, em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Derrogações

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

Comparabilidade

Todas as rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, têm conteúdos comparáveis com as do período anterior.

Periodização económica

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de periodização económica, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Juizos de valor e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

ML

(i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do mesmo setor.

(ii) Imparidade de ativos não correntes:

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos não correntes implicam um julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações.

(iii) Registo de provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(iv) Imparidade dos créditos a receber:

O risco de crédito é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. Os créditos a receber são ajustados pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efectivo a incorrer.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O gasto (ou rendimento) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação ou abate

3.2. Os ativos intangíveis

i) Intangíveis adquiridos

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados no prazo máximo de dez anos.

ii) Intangíveis gerados internamente – dispêndios de pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;

- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;
- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível gerado internamente consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

(iii) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.3. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso da atividade da empresa deduzido dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efectuar a venda.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, ou ao valor de mercado, caso seja inferior.

O método de custeio das saídas é o custo médio ponderado.

3.4. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os proveitos relativos às vendas de produtos são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre no momento da transacção.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

MS

17

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a empresa, e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, e seja provável um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para a liquidação da obrigação, e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.6. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados do período.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" é, salvo disposição específica, determinado pelo método do imposto a pagar.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que, apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros ou que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. O imposto a pagar inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis, bem como as tributações autónomas devidas em qualquer jurisdição.

3.8. Instrumentos financeiros

Clientes e créditos a receber

As dívidas de "Clientes" e as de "Outros devedores" são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não serão recebidas. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

MS

Dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros credores são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos não correntes

Os empréstimos e as dívidas a pagar não correntes são registados no passivo pelo montante do capital em dívida. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, excepto para os valores a pagar de muito curto prazo cujos valores a reconhecer sejam imateriais, e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção.

3.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem apenas os benefícios a curto prazo tais como, salários, ordenados e contribuições para a segurança social, e os benefícios de cessação de emprego.

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, apenas se forem considerados materiais.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2021					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativo bruto						
Saldo inicial	33 818,86		50 877,39	15 508,25	2 748,71	102 953,21
Aquisições		1 230,00	14 958,35	2 769,96		18 958,31
Revalorizações						
Alienações			17 208,34			17 208,34
Saldo final	33 818,86	1 230,00	48 627,40	18 278,21	2 748,71	104 703,18
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial	12 542,58		36 536,10	15 508,25	2 748,71	67 335,64
Depreciações do exercício	676,38	409,96	9 986,67	346,25		11 419,26
Alienações			17 208,34			17 208,34
Saldo final	13 218,96	409,96	29 314,43	15 854,50	2 748,71	61 546,56
Ativo líquido	20 599,90	820,04	19 312,97	2 423,71		43 156,62

	2022					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Ativo bruto						
Saldo inicial	33 818,86	1 230,00	48 627,40	18 278,21	2 748,71	104 703,18
Aquisições			25 000,00	1 915,00		26 915,00
Revalorizações	65 000,00					65 000,00
Alienações						
Saldo final	98 818,86	1 230,00	73 627,40	20 193,21	2 748,71	196 618,18
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial	13 218,96	409,96	29 314,43	15 854,50	2 748,71	61 546,56
Depreciações do exercício	676,38	409,96	32 926,22	585,63		34 598,19
Alienações						
Saldo final	13 895,34	819,92	62 240,65	16 440,13	2 748,71	96 144,75
Ativo líquido	84 923,52	410,08	11 386,75	3 753,08		100 473,43

mc8 14



As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-8
Equipamento de transporte	4-8
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	3-8

Métodos de depreciação:

As depreciações dos ativos foram efetuadas com base no método da linha reta.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, foi nulo.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os valores registados na rubrica "Investimentos financeiros", referem-se a ações da EDP Renováveis e à contribuição do FCT.

7. CRÉDITOS E OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

A 31 de Dezembro de 2022, a entidade não possui créditos e outros ativos não correntes.

8. INVENTÁRIOS

A 31 de Dezembro de 2022 a Euriseguros – Sociedade Mediação de Seguros Lda. não possui Inventários.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

A empresa gere o seu capital para assegurar que prossegue as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio). Os ativos e os passivos financeiros foram valorizados ao custo ou ao custo amortizado, quando aplicável, menos as perdas por imparidade, não existindo ativos constituídos por instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente, os quais se existissem seriam mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Categorias de ativos e passivos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são detalhadas conforme se segue:

ms

ATIVOS FINANCEIROS

	2022	2021
Clientes	28.747,19	23.137,21
Estado e outros entes públicos	4.705,73	14.912,76
Outras contas a receber:	894,12	690,07
Outros devedores	894,12	690,07
Caixa e equivalentes	193.775,62	119.465,93
Total	228.122,66	158.896,04

PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores	2.424,13	1.861,74
Estado e outros entes públicos	22.339,05	10.883,86
Financiamentos obtidos	4.786,46	8.558,92
Outras conta a pagar:	9,03	393,51
Pessoal		
Outros credores	9,03	393,51
Total	29.558,67	22.091,54

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	3.996,00		14.302,05	
Estimativa de imposto		20.007,55		8.720,55
Retenção na fonte	709,73		610,71	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		1.137,80		590,60
Contribuições para a Segurança Social		1.193,70		1.572,71
Total	4.705,73	22.339,05	14.912,76	10.883,86

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2022	2021
Diferimentos ativos		
Correntes:		
Seguros	2.027,37	1.067,98
Rendas		350,00
Outros	497,27	255,27
Total	2.524,64	1.673,25

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria de curto prazo, e detalha-se como segue:

	2022	2021
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	193.775,92	119.465,93
Total	193.775,92	119.465,93

Todas as quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

13. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 os movimentos ocorridos no capital próprio foram os seguintes:

	2021	Débito	Crédito	2022
Capital subscrito	5.000,00			5.000,00
Prêmios de emissão				
Reservas legais	6.903,25			6.903,25
Outras reservas	20.716,94			20.716,94
Resultados transitados	115.571,66		22.880,80	138.452,46
Outros excedentes			65.000,00	65.000,00
Resultado líquido do período	22.875,76	22.880,80	59.726,96	59.721,92
Total do capital próprio	171.067,61	22.880,80	147.607,76	295.794,57

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a empresa apresenta os seguintes financiamentos obtidos:

	2022	2021
Empréstimos bancários	2.187,75	3.557,26
Locações financeiras	2.598,71	5.001,66
Participantes de capital		
Total	4.786,46	8.558,92

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as Outras Contas a Pagar no valor de 11.492,31€ dizem respeito à especialização do Subsídio de Férias e respetivo gozo de todos os funcionários da Euriseguros – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

15. RÉDITO

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 as quantias dos réditos reconhecidas eram as seguintes:

Quantias dos réditos reconhecidas	Réditos reconhecidos	
	2022	2021
Prestação de serviços	309.592,41	235.127,70
Rendas - Vivacidade	2.400,00	2.400,00
Subsídios	5.897,61	
Alienação - Civic 72-GQ-12		300,00
Outros Rendimentos	83,44	
Juros	85,27	47,57
Total	318.058,73	237.875,27

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

	2022	2021
Trabalhos especializados	6.223,81	7.219,89
Publicidade e propaganda	6.035,19	2.118,38
Vigilância e segurança	1.172,45	1.542,99
Honorários	6.244,80	12.351,12
Comissões	9.506,19	4.152,78
Conservação e reparação	760,27	2.337,96
Serviços bancários	633,65	1.327,96
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1.193,29	1.264,05
Livros e documentação técnica		33,98
Material de escritório	6.003,66	6.503,76
Artigos para oferta	1.329,86	1.327,50
Eletricidade	2.429,03	2.132,71
Combustíveis	2.670,98	2.081,03
Água	464,26	438,28
Deslocações e estadas	3.431,17	1.255,28
Rendas e alugueres	11.855,53	11.522,22
Comunicação	8.891,68	7.353,24
Seguros	2.337,89	1.578,17
Contencioso e notariado	95,68	283,23
Despesas de representação	2.709,70	1.567,45
Limpeza, higiene e conforto	1.209,43	2.332,18
Outros Serviços	413,28	
Total	75.611,80	70.724,16

17. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 detalha-se da seguinte forma:

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	21.482,47	33.465,62
Remunerações do pessoal	71.557,68	58.869,24
Encargos sobre remunerações	14.151,42	15.175,07
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	8.121,59	7.554,95
Outros	3.546,16	2.435,75
Total	118.859,32	117.500,63

18. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Renda Vivacidade	2.400,00	2.400,00
Outs Rendimentos	83,44	
Alienação - Civic 72-GQ-12		300,00
Correções Períodos anteriores	74,49	
Dividendos obtidos	10,78	47,57
Total	2.568,71	2.747,57

19. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

	2022	2021
Impostos	6.898,36	5.208,01
Outros	1.241,89	618,22
Total	8.140,25	5.826,23

20. JUROS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

	2022	2021
Juros suportados:		
Financiamentos obtidos	1.079,20	500,10
Outros gastos de financiamento:		
Financiamentos obtidos	33,56	304,26
Total	1.112,76	804,36

ms
19

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 17% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 25.000 Euros e 21% na parte excedente. O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2022 é detalhado conforme se segue:

	2022	2021
Resultado antes de impostos	80.928,40	31.440,73
Taxa nominal de imposto até 25.000€	18,25%	18,25%
Taxa nominal de imposto sobre o excedente de 25.000€	22,25%	22,25%
Imposto esperado	17.006,57	5.995,56
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	770,02	
Despesas não documentadas	50,00	
Multas, coimas, juros compensatórios		
Amortizações não aceites		
Excesso da estimativa para impostos		
Benefícios fiscais		
Deprec e amortiz tributadas em períodos de tributação anteriores		
Tributação autónoma	3.000,98	2.689,41
Imposto sobre o rendimento do período	20.007,55	8.684,97
Taxa efetiva de imposto	24,72%	27,52%
Imposto corrente	20.007,55	8.684,97
Imposto sobre o rendimento do período	20.007,55	8.684,97

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2019 a 2022 podem ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

22. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de dezembro de 2022 a Euriseguros – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. não tinha diferenças de câmbio a reconhecer

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do

Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 31/03/2023.

Os acionistas, de acordo com a legislação comercial em vigor tem o poder de exigir a alteração das demonstrações financeiras caso estas não sejam aprovadas em Assembleia Geral.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço e Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Até à data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram factos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, informa-se que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

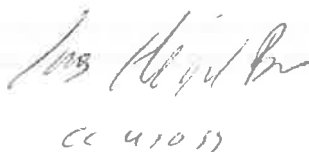
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efectuou transações com ações, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2022.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais

A Gerência



O Contabilista Certificado


CC 41083